



COLEGIADA



UNIDAS S.A.

C.N.P.J./M.F. n.º 04.437.534/0001-30

NIRE 35.300.186.281

**Ata de Assembléia Geral Extraordinária
realizada em 8 de julho de 2008**

Data, Hora e Local: No dia 8 de julho de 2008, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua da Consolação, n.º 347.

Convocação: Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.").

Presença: Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes do "Livro de Presença dos Acionistas", ficando desta forma constatada a existência de "quorum" legal para a realização da assembléia.

Mesa: Presidente, Sr. António Carlos Romeiras de Lemos; e Secretária, Sra. Márcia Giangiacomo Bonilha

Ordem do Dia: Deliberar sobre:

- (i) a abertura de capital da Companhia e submissão de pedido de registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM");
- (ii) a emissão pela Companhia de 25.000 (vinte e cinco mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional, em série única, todas nominativas e escriturais, para subscrição pública, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil Reais), perfazendo o montante de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de Reais) na data de emissão ("Debêntures" e "Emissão"); a serem distribuídas sob o regime de garantia firme de colocação ("Oferta");

- (iii) os termos e condições da distribuição pública das debêntures da Oferta;
- (iv) a autorização para a Diretoria da Companhia tomar todas as providências e praticar todos e quaisquer atos necessários ou convenientes à realização da Emissão; e
- (v) a ratificação dos atos já praticados pela Diretoria da Companhia com vistas à realização da Emissão.

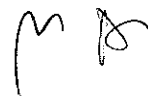
Deliberações tomadas por unanimidade:

- (i) Aprovada a abertura de capital da Companhia, bem como a submissão de pedido de registro de companhia aberta perante a CVM, ficando a administração da Companhia autorizada a tomar todas as medidas necessárias, bem como assinar todos e quaisquer documentos para efetivar a presente deliberação;
- (ii) Aprovada a emissão pela Companhia de 25.000 (vinte e cinco mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional, em série única, todas nominativas e escriturais, para subscrição pública, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil Reais), perfazendo o montante de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de Reais) na data de emissão; a serem distribuídas sob o regime de garantia firme de colocação.
- (iii) Aprovadas, pela unanimidade dos presentes, sem ressalvas ou reservas, os seguintes termos e condições da Emissão de Debêntures da Companhia:

Número da Emissão: A Emissão constitui a primeira distribuição pública de debêntures da Companhia.

Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos legais, a data da Emissão é 1º de junho de 2008 ("Data de Emissão").

Valor da Emissão: O valor da Emissão é de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão.



Quantidade de Debêntures: Serão emitidas 25.000 (vinte e cinco mil) Debêntures.

Número de Séries: A Emissão é realizada em série única.

Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures é de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal").

Conversibilidade, Tipo e Forma: As Debêntures são simples, não conversíveis em ações, da forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados.

Espécie: As Debêntures são da espécie quirográfica com garantia adicional.

Prazo e Data de Vencimento: O prazo de vencimento das Debêntures é de 4 (quatro) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento final em 1º de junho de 2012 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas abaixo. Por ocasião da Data de Vencimento, a Companhia se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação, pelo saldo do Valor Nominal não amortizado, acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo) devida.

Registro para Distribuição e Negociação: As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário (i) respectivamente através do SDT – Sistema de Distribuição de Títulos ("SDT") e do SND – Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), ambos os sistemas, desde 01 de julho de 2008, administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), com a distribuição e negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e/ou (ii) através do Sistema Bovespa Fix, administrado pela Bolsa de Valores de São Paulo S.A. – BVSP ("Bovespa"), sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CBLC – Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC").

Comprovação de Titularidade das Debêntures: A Companhia não emitirá certificados das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido, como comprovante de titularidade das Debêntures, o "Relatório de Posição de Ativos", expedido pela CETIP, acompanhado de extrato, em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos quando depositados no SND e para as Debêntures depositadas na CBLC, se o caso, será emitido, pela CBLC, extrato de custódia em nome do Debenturista, que igualmente será reconhecido como comprovante de titularidade de Debêntures.



Atualização: O Valor Nominal Unitário não será atualizado.

Juros Remuneratórios: As Debêntures farão jus a uma remuneração que contemplará juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário não amortizado, a serem pagos no fim de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo) de acordo com a fórmula abaixo. A taxa de juros aplicável às Debêntures será com base na variação acumulada das taxas médias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de 01 (um) dia, “extra grupo” (“Taxa DI”), expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida exponencialmente de *spread* de 2,75% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis (“Acréscimo sobre a Taxa DI”, sendo a Taxa DI e o Acréscimo sobre a Taxa DI, em conjunto, referidos como “Remuneração”). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal não amortizado das Debêntures desde a Data de Emissão, ou da data de vencimento do último Período de Capitalização, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

- J valor unitário da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização (conforme definido acima), calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
- VNe Valor Nominal Unitário da Debênture, não amortizado, no início de cada Período de Capitalização (conforme definido acima), informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- Fator Juros Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;
- FatorDI produtório das Taxas DI, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

$$FatorSpread = \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]^{\frac{DP}{DT}}$$

n número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

TDI_k Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

k 1, 2, ..., n

DI_k Taxa DI Over divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

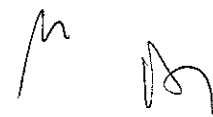
FatorSpread sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$FatorSpread = \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]^{\frac{DP}{DT}}$$

Onde

spread spread ou sobretaxa de 2,75% ao ano;

n número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "n" um número inteiro;



O fator resultante da expressão $(1 + \text{TDI})$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + \text{TDI})$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

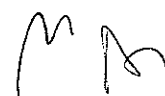
Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

Define-se "Período de Capitalização" como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para o pagamento de juros correspondente ao período, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento. Os juros correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos semestralmente, todo dia 1º de junho e 1º de dezembro de cada ano, sendo o primeiro vencimento em 1º de dezembro de 2008 e o último em 1º de junho de 2012.

No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista neste item, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, se houver, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Companhia quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis contados da data esperada para sua apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência da Taxa DI"), ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de aplicação por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para definir, de comum acordo com a Companhia, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado. A Assembleia Geral de Debenturistas será realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI, da data da extinção ou da data de impossibilidade legal de sua aplicação, conforme o caso.



Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembléia de Debenturistas, a referida Assembléia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará novamente a ser utilizada para o cálculo dos juros remuneratórios das Debêntures.

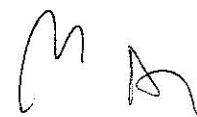
Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração entre a Companhia e os Debenturistas representando no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, a Companhia deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas ("AGD"), pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida e não paga até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada publicamente.

Preço de Subscrição: O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da sua efetiva integralização, de acordo com o item 4.3.2 abaixo ("Preço de Subscrição").

Prazo e Forma de Subscrição e Integralização: A integralização das Debêntures será à vista, na data de subscrição ("Data de Integralização"), em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis a CETIP e a CBLIC.

O montante correspondente a 100% dos recursos decorrentes da integralização das Debêntures será depositado em conta corrente aberta pela Companhia junto do Banco Itaú S.A. ("Conta Garantia"), a ser movimentada única e exclusivamente pelo Agente Fiduciário, sendo que os recursos apenas serão liberados à Companhia em montante igual ao montante de garantia devidamente formalizada, conforme item "Garantia".

Colocação e Procedimento de Distribuição: As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de colocação, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, sem solidariedade entre eles, observados os termos e condições estipulados no Contrato de Colocação, a ser celebrado entre a Companhia, o Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA" ou "Coordenador Líder"); o Banco UBS Pactual S.A. ("UBS Pactual"), o Banco ABC Brasil S.A. ("Banco ABC"), o BANIF Banco de Investimento (Brasil) S.A. ("BANIF"), e a HSBC Corretora de Valores e Títulos Mobiliários S.A. ("HSBC" e, em conjunto com o Itaú BBA, o UBS Pactual, o Banco ABC, e o BANIF os "Coordenadores").



11/11/2017

Os Coordenadores deverão realizar a distribuição pública das Debêntures conforme plano de distribuição descrito abaixo em consonância com o disposto no §3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, de forma a assegurar: (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo; (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos respectivos clientes dos Coordenadores; e (iii) que os representantes de venda dos Coordenadores recebam previamente o exemplar do prospecto preliminar ("Prospecto Preliminar") e do prospecto definitivo ("Prospecto Definitivo" e, juntamente com o Prospecto Preliminar, os "Prospectos"), para leitura obrigatória, e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoas designadas pelos Coordenadores. O plano de distribuição será fixado nos seguintes termos:

- (i) após o protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM, mas anteriormente ao registro da distribuição das Debêntures, serão realizadas apresentações para potenciais investidores ("roadshow"), conforme determinado pelos Coordenadores de comum acordo com a Companhia, durante os quais serão distribuídas versões do Prospecto Preliminar;
- (ii) após a obtenção do registro da Oferta na CVM, serão recebidas as ordens do investidores, feita a alocação dos mesmos até o Valor da Emissão e, então, será publicado o respectivo Anúncio de Início;
- (iii) não existirão lotes máximos ou mínimos de subscrição das Debêntures;
- (iv) não será concedido qualquer tipo de desconto e/ou repasse pelos Coordenadores aos investidores interessados em adquirir as Debêntures;
- (v) não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures;
- (vi) não será firmado contrato de estabilização de preços das Debêntures; e
- (vii) serão atendidos, prioritariamente, investidores institucionais, tais como fundos mútuos, fundos de pensão, seguradoras e *hedge funds*.

A colocação pública das Debêntures somente terá início, nos termos do artigo 54 da Instrução CVM 400, após a concessão do registro da Emissão pela CVM, a publicação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo aos investidores.

Destinação dos Recursos: Os recursos obtidos por meio da emissão das Debêntures serão destinados para (i) pagamento de dívidas de curto prazo no valor de R\$200.000.000,00

M B

(duzentos milhões de reais); e (ii) aquisição de veículos novos e capital de giro, ambos, em conjunto, no valor de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

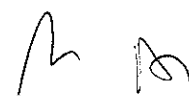
Forma e Local de Pagamento: Os pagamentos a que fizerem jus os titulares das Debêntures serão efetuados pela Companhia no dia de seu respectivo vencimento, por intermédio da CETIP e da CBLC, conforme as Debêntures estejam custodiadas na CETIP ou na CBLC, ou por meio da instituição responsável pela escrituração das Debêntures para os titulares das Debêntures que não estejam depositadas em custódia vinculada à Bovespa Fix e ao SND.

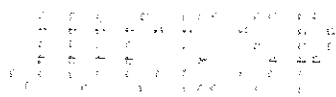
Prorrogação dos Prazos: Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da Escritura de Emissão, inclusive pelos debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo ou dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela CBLC, hipóteses em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

Multa e Encargos Moratórios: Sem prejuízo do disposto no item "Vencimento Antecipado" abaixo, ocorrendo atraso imputável à Companhia no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2,0% (dois por cento) e juros de mora calculado *pro rata temporis* à taxa de 1,0% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

Decadência dos Direitos aos Acréscimos: Sem prejuízo do disposto no item precedente, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Companhia nas datas previstas na Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Companhia, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer rendimento, acréscimos ou encargos moratórios no período correspondente à data em que os recursos forem colocados à disposição para pagamento e a data efetiva de comparecimento do Debenturista para recebimento desses recursos, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

Imunidade de Debenturistas: Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e à





Companhia, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

Amortização Programada: As Debêntures serão amortizadas em 07 (sete) parcelas semestrais e sucessivas, a partir do 12º (décimo segundo) mês, inclusive, contado da Data de Emissão, nos dias, 1º de junho e 1º de dezembro de cada ano, iniciando-se em 1º de junho de 2009 (cada uma, uma "Data de Amortização"), nos percentuais e valores que se seguem:

<i>Data da Amortização</i>	<i>Percentual de Amortização do Valor Nominal Unitário</i>	<i>Valor amortizado por Debênture</i>
1º de junho de 2009	14,285%	R\$1.428,50
1º de dezembro de 2009	14,285%	R\$1.428,50
1º de junho de 2010	14,285%	R\$1.428,50
1º de dezembro de 2010	14,285%	R\$1.428,50
1º de junho de 2011	14,285%	R\$1.428,50
1º de dezembro de 2011	14,285%	R\$1.428,50
1º de junho de 2012	14,290%	R\$1.429,00

Pagamento da Remuneração: A Remuneração será paga semestralmente todo dia 1º de junho e 1º de dezembro de cada ano sendo o primeiro vencimento em 1º de dezembro de 2008 e o último em 1º de junho de 2012.

Garantia Adicional: A Companhia compromete-se, de forma irrevogável e irretratável, durante todo o prazo em que as obrigações decorrentes da Escritura e do Contrato de Alienação Fiduciária de Veículos e Outras Avenças ("Obrigações Garantidas e Contrato de Alienação"), a manter uma quantidade de Bens com Valor de Avaliação (conforme será definido no Contrato de Alienação) equivalente a 100% (cem por cento) do saldo devedor das Obrigações Garantidas, que será igual ao valor da dívida ainda pendente, nos termos do Contrato de Alienação, apurado trimestralmente, a partir da Data de Emissão, pelo Agente Fiduciário, nos termos do Contrato de Alienação. A Companhia obriga-se durante a vigência da Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação a promover o reforço da garantia, imediatamente, sempre que o Agente Fiduciário tiver apurado um Valor de

Avaliação (conforme definido abaixo) inferior ao percentual referido neste item e solicitar a ela, por escrito, o reforço da garantia.

O registro da garantia nos órgãos competentes será feito pelo Agente Fiduciários sendo que, a verificação, pelo mesmo, da documentação comprovando a regularidade da garantia, dar-se-á por amostragem de pelo menos 25,0% (vinte e cinco por cento) dos veículos dados em garantia, indicados no Contrato de Alienação.

Limite Legal: A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que o capital social da Companhia nesta data é de R\$384.751.949,01 (trezentos e oitenta e quatro milhões, setecentos e cinquenta e um mil, novecentos e quarenta e nove reais e um centavo).

Repactuação: As Debêntures da Emissão não estarão sujeitas à repactuação programada.

Resgate Antecipado Facultativo: A Companhia poderá, a qualquer tempo a partir de 1º de junho de 2010, promover o resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures em circulação, mediante: (i) a deliberação do Conselho de Administração da Companhia, e (ii) enviar comunicação escrita ao Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias úteis da data do resgate antecipado facultativo, informando a data ("Data do Resgate") e o procedimento de resgate, descrito abaixo.

Na Comunicação de Resgate deverá constar (i) a Data do Resgate, (ii) valor correspondente ao pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, deduzindo as Amortizações realizadas e pagas anteriormente, acrescido (a) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento; e (b) do prêmio de reembolso a ser calculado de acordo com a seguinte fórmula ("Prêmio de Reembolso"):

$$\text{Prêmio de Reembolso (\%)} = \frac{Px(DD)}{(TCD)}$$

Onde:

P = 1,0% (um inteiro por cento);

DD = nº de dias corridos contados a partir da Data do Resgate até a Data de Vencimento; e

TCD = nº total de dias corridos desde 1º de junho de 2010 até a Data de Vencimento.

Exclusivamente no caso de resgate parcial, nos 10 (dez) dias úteis posteriores ao envio da comunicação escrita ao Agente Fiduciário, os Debenturistas poderão se habilitar ao resgate das Debêntures de que sejam titulares. Se a quantidade de Debêntures habilitadas exceder o número de Debêntures a serem resgatadas, será efetuado rateio proporcional entre os titulares de Debêntures com base no número de Debêntures habilitadas. Se a quantidade de Debêntures habilitadas for inferior ao número de Debêntures a serem resgatadas, a Companhia deverá resgatar as Debêntures habilitadas e, sobre a diferença, realizar sorteio, nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, coordenado pelo Agente Fiduciário, para determinar as demais Debêntures que serão resgatadas. As Debêntures objeto do resgate antecipado serão extintas por ocasião deste por meio de cancelamento.

A habilitação de que trata o item anterior deverá ser feita mediante comunicação formal ao Agente Fiduciário, indicando-se o número de Debêntures que se pretenda objeto do resgate, apresentando-se demonstrativo de titularidade das Debêntures.

Para as Debêntures registradas no SND, o resgate parcial dar-se-á exclusivamente por meio de operação de compra e venda definitiva, no mercado secundário, conforme regulamento de operações do SND, sendo todas as etapas desses processos, incluindo habilitação dos Debenturistas, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades, por Debenturista, a serem resgatadas, realizadas fora do âmbito da CETIP, mas na presença do Agente Fiduciário. Para as Debêntures registradas no Bovespa Fix, o resgate parcial será operacionalizado conforme os procedimentos que serão divulgados à época da publicação da Comunicação de Resgate. Os titulares de Debêntures que não estejam registradas no SND ou no Bovespa Fix, se o caso, observarão as instruções constantes da Comunicação de Resgate, sendo o processo de resgate parcial levado a efeito perante o Banco Mandatário, com supervisão do Agente Fiduciário.

Oferta de Resgate Antecipado: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, mediante deliberação em Reunião de Conselho de Administração, realizar a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas sem distinção, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas ("Oferta de Resgate Antecipado"). A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada da seguinte forma:

- (i) a Companhia realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de envio de



comunicação escrita ao Agente Fiduciário divulgado nos termos do item "Resgate Antecipado Facultativo", ("Edital de Oferta de Resgate Antecipado"), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo: (i) se a oferta e resgate será da totalidade das Debêntures ou se a mesma será parcial e, neste caso deverá estar descrito em tal edital, o procedimento para aquisição parcial (sorteio ou atendimento em ordem cronológica); (ii) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (iii) forma de manifestação do Debenturista que aceitar a oferta de resgate; (iv) a data efetiva para o resgate das Debêntures e pagamento aos Debenturistas; e (v) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas;

(ii) Após a publicação dos termos da Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à referida oferta terão que se manifestar no prazo disposto no Edital de Oferta de Resgate Antecipado. Ao final deste prazo, a Companhia terá 3 (três) dias úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado;

(iii) a Companhia, poderá condicionar o Resgate Antecipado à aceitação deste por um percentual mínimo de Debenturistas, a ser por ela definido quando da realização da Oferta de Resgate Antecipado. Tal percentual deverá estar estipulado no Edital de Oferta de Resgate Antecipado; e

(iv) o valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures não amortizado, acrescido (i) da Remuneração devida e ainda não paga até a data de Resgate Antecipado, calculada nos termos do item 4.7.2. acima; e (ii) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Companhia.

As Debêntures resgatadas serão canceladas pela Companhia.

O pagamento das Debêntures resgatadas por meio da Oferta de Resgate Antecipado será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND, (ii) por meio dos procedimentos adotados pela CBLC, para as Debêntures registradas no Bovespa Fix, e/ ou (iii) mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Banco Mandatário, no caso de titulares das Debêntures que não sejam vinculados aos sistemas acima mencionados.

Para as Debêntures custodiadas na CETIP, no caso de resgate parcial das Debêntures, a operacionalização do resgate antecipado parcial será realizada através da operação de compra e de venda definitiva das Debêntures no mercado secundário. No entanto, todas as etapas da Oferta de Resgate Antecipado parcial, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação da



quantidade de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

Aquisição Facultativa: A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, por preço não superior ao seu Valor Nominal acrescido da respectiva Remuneração, calculado *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da data de último pagamento de juros, até a data do seu efetivo pagamento, observando o disposto no parágrafo 2º, do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Companhia, ou colocadas novamente no mercado.

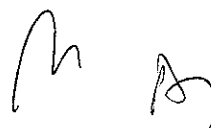
As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria, quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures em Circulação.

O Conselho de Administração da Companhia terá poderes para aprovar o cancelamento, a qualquer momento, das Debêntures que se encontrarem em tesouraria.

Publicidade: Todos os atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas deverão ser, obrigatoriamente, comunicados, na forma de avisos, no "DCI – Diário Comércio, Indústria e Serviços" (publicado na cidade de São Paulo), bem como na página da Companhia na rede internacional de computadores – *internet* (www.unidas.com.br), exceção feita aos seguintes avisos e anúncios: (a) aviso ao mercado a que se refere o artigo 53 da Instrução CVM 400; (b) Anúncio de Início; (c) Anúncio de Encerramento; e (d) outros avisos aos investidores que eventualmente sejam publicados até a data de publicação do Anúncio de Encerramento, que serão que serão publicados na Edição nacional do jornal "Valor Econômico".

Os avisos e/ou anúncios aqui referidos deverão ser divulgados imediatamente após a ciência do(s) ato(s) ou fato(s) que originou(aram) esses avisos ou anúncios, devendo os prazos para manifestação dos Debenturistas, caso seja necessário, obedecer ao disposto na legislação em vigor, na Escritura de Emissão, ou, na falta de disposição expressa, ser de, no mínimo, 10 (dez) dias corridos contados da data da publicação do aviso ou anúncio. A Companhia poderá alterar o(s) jornal(is) referido(s) no item "Publicidade". acima por outro(s) jornal(is) de grande circulação, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no(s) jornal(is) a ser(em) substituído(s).

Vencimento Antecipado: Observados os termos e condições deste item, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e



exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures, acrescido da Remuneração, devida desde a Data da Emissão, ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos ("Eventos de Vencimento Antecipado"):

- (a) descumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão, não sanada no prazo de um dia útil de seu vencimento;
- (b) descumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação não pecuniária (incluindo *covenants* não financeiros) relacionada às Debêntures estabelecida na Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias da comunicação do referido descumprimento: (i) pela Companhia ao Agente Fiduciário, ou (ii) pelo Agente Fiduciário ou por qualquer terceiro à Companhia, dos 02 (dois) o que ocorrer primeiro, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico;
- (c) inveracidade de quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Companhia na Escritura de Emissão, no Contrato de Alienação Fiduciária de Veículos e Outras Avenças ou no Contrato de Colocação;
- (d) sentença transitada em julgado prolatada por qualquer juiz ou tribunal declarando a ilegalidade, nulidade ou inexecutibilidade da Escritura de Emissão;
- (e) vencimento antecipado ou inadimplemento no pagamento de quaisquer outras obrigações financeiras, de forma agregada ou individual, contraídas pela Companhia, no mercado local ou internacional, cujo valor considerado em conjunto seja superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais),
- (f) protesto legítimo de títulos contra a Companhia em valor individual ou agregado superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), por cujo pagamento a Companhia seja responsável, salvo se, no prazo de 05 (cinco) dias úteis corridos contados do referido protesto, seja validamente comprovado pela Companhia que (i) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (ii) o protesto for cancelado, ou ainda, (iii) forem prestadas garantias em juízo;
- (g) a falta de pagamento nas respectivas datas de vencimento não sanada em até 02 (dois) dias úteis, pela Companhia, de qualquer de suas obrigações financeiras em

Handwritten signature

montante individual ou total igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);

- (h) resgate ou amortização de ações, redução de capital, exceto para absorção de prejuízos, pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista ou qualquer outra forma de Oferta, pela Companhia a seus acionistas, quando esta estiver em mora com relação às Debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e o pagamento de dividendos prioritários (fixos ou mínimos) a que as ações preferenciais eventualmente emitidas pela Companhia façam jus;
- (i) não cumprimento de qualquer decisão arbitral não sujeita a recurso ou sentença transitada em julgado, pela Companhia em montante individual ou agregado igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- (j) transformação da Companhia em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (k) requerimento de recuperação judicial ou extrajudicial, pedido de autofalência ou declaração de falência ou, ainda, qualquer procedimento similar que venha a ser criado por lei, requerido ou decretado contra a Companhia;
- (l) o Contrato de Alienação (i) for objeto de questionamento judicial pela Companhia ou por terceiros, que afete o cumprimento de quaisquer obrigações previstas na Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Alienação, desde que o objeto da alienação não seja substituído pela Companhia nos termos e prazos previstos no Contrato de Alienação; (ii) não for constituído; (iii) for anulado, sem que um novo contrato com as mesmas condições o substitua dentro de 15 (quinze) dias úteis; ou (iv) de qualquer forma, deixar de existir ou for rescindido;
- (m) a Companhia transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na Escritura de Emissão, sem a prévia anuência do Agente Fiduciário, como representante dos Debenturistas;
- (n) desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental que resulte na perda da propriedade ou posse direta da parte substancial de seus ativos ou na incapacidade de gestão de seus negócios, pela Companhia, desde que tal desapropriação, confisco ou outra medida afete

substancialmente a capacidade de pagamento pela Companhia de suas obrigações relativas às Debêntures,

- (o) a transferência do controle acionário, direto ou indireto da Companhia, exceto se: (i) para pessoas ou partes relacionadas do atual grupo de controle; ou, (ii) se houver aprovação prévia dos Debenturistas, em AGD convocada com esse fim, dispensada essa aprovação se for assegurado aos Debenturistas que o desejarem, a aquisição pela Companhia das Debêntures de que forem titulares, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses a contar da data de publicação do fato relevante referente à transferência de controle acionário;
- (p) a incorporação, a fusão ou a cisão da Companhia, sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas em AGD convocada com esse fim, dispensada essa aprovação se for assegurado aos Debenturistas que o desejarem, a aquisição pela Companhia das Debêntures de que forem titulares, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses a contar da data de publicação do fato relevante referente à alienação;
- (q) a Companhia criar ou permitir a existência de quaisquer ônus ou gravames sobre os ativos previstos no Contrato de Alienação no presente ou no futuro, da Companhia, exceto: (i) aqueles destinados a penhores ou depósitos para garantir direitos e obrigações trabalhistas, fiscais ou judiciais da Companhia, desde que liberados em 30 (trinta) dias da data em que forem constituídos, exceto se contestados em boa-fé pela Companhia, neste caso devendo ser liberados em 30 (trinta) dias após a respectiva decisão judicial final;
- (r) tiver sido alterado o objeto social disposto no Estatuto Social da Companhia, de maneira que (i) altere substancialmente as atividades atualmente praticadas e o ramo de negócios atualmente explorados pela Companhia; e (ii) afete substancialmente a capacidade de pagamento pela Companhia de suas obrigações relativas às Debêntures;
- (s) alienação de ativos operacionais que, individual ou conjuntamente, durante a vigência das Debêntures, resulte em uma redução do ativo da Companhia superior a 20% (vinte por cento), exceto se tal alienação objetivar a captação de recursos para (i) a capitalização da Companhia, (ii) investimentos na atividade produtiva da Companhia, (iii) substituição de bens antigos por outros novos com a mesma finalidade, ou (iv) eliminação de ativos operacionais obsoletos ou inservíveis. O limite acima estabelecido será apurado, levando-se em conta o ativo da Companhia no último exercício social;



ANEXO

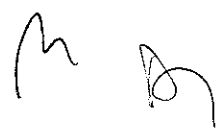
- (t) não cumprimento, pela Companhia, durante a vigência das Debêntures, dos seguintes índices financeiros, apurados trimestralmente, com base em suas demonstrações financeiras consolidadas relativas a 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro, feita a atualização, quando aplicável, mediante a soma do trimestre em questão com os três trimestres imediatamente anteriores:
- (i) o índice obtido da divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA (conforme definidos abaixo) não deverá ser superior a (a) 3,25 (três vírgula e vinte e cinco) a partir publicação das demonstrações financeiras anuais relativas a 31 de dezembro de 2009 até a publicação das demonstrações financeiras anuais relativas a 31 de dezembro de 2010; e (b) 2,75 (dois vírgula setenta e cinco) a partir da publicação das demonstrações financeiras trimestrais relativas ao período terminado em 31 de março de 2011 até a Data de Vencimento;
 - (ii) o índice obtido da divisão da Dívida Financeira Líquida pela soma do EBITDA e do Valor Total da Frota Desonerada (conforme definido abaixo) não deverá ser superior a 1,25 (um vírgula vinte e cinco);
 - (iii) o índice obtido da divisão do Valor Total da Frota (conforme definido abaixo) pela Dívida Financeira Líquida não deverá ser inferior a 1,5 (um vírgula cinco);
 - (iv) o índice obtido da divisão da Dívida Financeira Líquida pelo Patrimônio Líquido (conforme definido abaixo) não deverá ser superior a 1,5 (um vírgula cinco); e

Onde:

"Dívida Financeira Líquida": significa o endividamento oneroso total (composto por "Empréstimos e Financiamentos" (no "Passivo Circulante" e no "Passivo não Circulante") e Eurobônus (no "Passivo Circulante" e no "Passivo não Circulante")), menos as disponibilidades em caixa e valores equivalentes, sendo certo que a dívida referente ao Contrato de Empréstimo não será considerada como endividamento oneroso para a Companhia;

"EBITDA": significa o lucro antes de juros, tributos, amortizações e depreciações ao longo dos últimos 12 (doze) meses;

"Valor Total da Frota Desonerada": significa a parte do Valor Total da Frota que não foi objeto de alienação fiduciária, em garantia de operações financeiras ;



"Valor Total da Frota": significa a parcela do imobilizado da Companhia correspondente ao "Valor Líquido de Veículos", acrescida dos "Bens do Imobilizado Não Destinados a Uso"; e,

"Patrimônio Líquido": significa o "Capital Social", adicionado de "Ajustes de Avaliação Patrimonial", "Reserva de Capital", "Reserva de Lucros" e "Lucros Acumulados".

- (u) o pagamento antecipado do Contrato de Empréstimo, definido na cláusula I acima, antes da Data do Vencimento, exceto em caso de oferta de ações da Companhia.

A ocorrência de quaisquer dos eventos de vencimento antecipado indicados nas alíneas (a), (d), (e), (g), (h), (j), (k), (l), (m), (o), (p), (q), (u), acima, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures.

Na ocorrência de qualquer dos demais eventos de vencimento antecipado acima, o Agente Fiduciário deverá convocar a AGD no primeiro Dia Útil subsequente à data de conhecimento da respectiva ocorrência. O vencimento antecipado somente não será declarado caso assim seja deliberado na referida assembléia, por deliberação de Debenturistas representantes de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.


Não havendo deliberação nas datas originalmente estabelecidas para realização da Assembléia Geral de Debenturistas, seja na primeira ou na segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Companhia do Valor Nominal das Debêntures, acrescido do Rendimento aplicável e encargos até a data de seu efetivo pagamento.

- (iv) Fica a Diretoria da Companhia autorizada a contratar uma ou mais instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais para a distribuição pública das Debêntures, bem como a contratar o agente fiduciário, o banco mandatário e escriturador, a(s) agência(s) de classificação de risco, o auditor independente para emissão de carta de conforto, escritórios de advocacia, entre outros, podendo, ainda, celebrar a Escritura de Emissão, seus respectivos aditamentos, o contrato de colocação, os contratos de garantia e os demais contratos relativos à Emissão e praticar todos os atos necessários à realização da

Emissão, ficando ratificados todos os atos já praticados com vistas à realização da Oferta.

Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, foi esta ata lavrada, lida e aprovada, tendo sido transcrita em livro próprio, que foi assinado por todos os Conselheiros.

São Paulo, 08 de julho de 2008.



Antônio Carlos Romeiras de Lemos
Presidente da Mesa



Márcia Giangiacomo Bonilha
Secretária

